

O DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O CORPO: A REVISTA VEJA COMO UM MANUAL DE USO⁵⁶

Tânia Maria Augusto Pereira⁵⁷

Maria Regina Baracuhy Leite⁵⁸

RESUMO: Neste artigo, com base nas concepções foucaultianas acerca da normatização do corpo, refletimos sobre como os mecanismos de saber/poder no discurso do cuidado de si incidem sobre o corpo apresentado no discurso da mídia. Para isso, expomos primeiramente, algumas relações entre corpo e poder disciplinar. Em seguida, discutimos o corpo dentro da sociedade de controle, abordando questões apresentadas na contemporaneidade, dentre as quais a exposição espetacularizada do corpo na mídia, especificamente nas capas da Revista *Veja*.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Corpo. Saber. Poder.

ABSTRACT: In this paper, based on Foucault's concepts about the normalization of the body, we reflect on how the mechanisms of power / knowledge in the discourse of self-care reflect on the body presented in the media discourse. For this, we first expose some relationships between body and disciplinary power. Then we discuss the body within the control society, addressing issues raised in the present, among whom spectacularized body exposure in the media, specifically on the covers from *Veja* magazine.

KEYWORDS: Media. Body. Knowing . Power.

Palavras iniciais

Assim como se modificam historicamente as condições concretas de produção social, política e econômica dos corpos se transformam, de forma igualmente histórica, as condições da sua estetização. É redundante afirmar que as concepções e padrões estéticos mudam ao longo da história. Basta notar que o século XX foi muito rico em diversidade estética, fazendo, literalmente, desfilar na passarela da mídia sucessivas modas, variados padrões corporais, e também tecnologias de produção e modelagem dos corpos, segundo uma estética corporal que se modifica historicamente. Não é o corpo que muda ao longo do tempo, mas o nosso olhar/discurso sobre ele.

O corpo do novo milênio, plastificado pelas intervenções possibilitadas pelos avanços da tecnologia e da ciência, é cada vez mais jovem, busca continuamente a longevidade, é construído e reconstruído nas imagens da mídia, tornando-se utopia para cada corpo real.

Para Foucault (2009), o corpo é ao mesmo tempo um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da História. Ao contrário do sujeito que não existe *a priori*, e é constituído

⁵⁶ Este texto, com as devidas adaptações, contém parte da discussão teórica elaborada para tese de Doutorado, orientada pela Prof^a Dr^a Regina Baracuhy, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da UFPB, em João Pessoa.

⁵⁷ Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, PB.
E-mail: taniauepb@yahoo.com.br

⁵⁸ Docente do no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB).

nas relações de poder-saber, o corpo em Foucault preexiste como superfície transformável, moldável por técnicas disciplinares. Em algumas das suas inúmeras entrevistas, Foucault afirmou que, embora estivesse preocupado em fazer uma história do sujeito moderno, ou seja, uma história da subjetivação, também estava preocupado com a história do corpo. Deste modo, concomitantemente à história do sujeito moderno, o filósofo fez uma história política do corpo.

A Modernidade trouxe consigo todo um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre a educação do corpo. Grande parte da obra foucaultiana foi dedicada a compreender um sistema de exercícios corporais que seriam a própria expressão do poder na modernidade. Para Foucault (2009), o corpo é a peça central sem a qual o poder não tem condições de ser exercido. Segundo o autor, modernidade e “disciplinarização” do corpo são correspondentes. Ao descrever o funcionamento da sociedade moderna, o filósofo desvendou o funcionamento de uma série de dispositivos disciplinares, presentes no interior das instituições que tomaram o corpo com o objeto de sua ação.

Da sociedade disciplinar à sociedade de controle

A sociedade disciplinar se instaura a partir do início do século XVIII (FOUCAULT, 2009), compreendendo todos os dispositivos que regulam hábitos e comportamentos, com objetivo de assegurar a obediência às instituições disciplinares que organizam o campo social. As estratégias utilizadas pela sociedade disciplinar eram centradas no corpo. As tecnologias disciplinares se destinavam a todos os sistemas de vigilância ou instituições disciplinares: a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a escola, entre outras. Foucault (2006) assinala que, no século XIX, o poder assume outro paradigma – o biopoder – que se caracteriza como um poder exercido por máquinas que organizam o “cérebro e os corpos”, um poder responsável não só pelo corpo individual, mas pela vida da população. O poder que toma por objeto a vida em duas funções nas sociedades modernas: “a ‘anatomo-política’ e a ‘biopolítica’ e as duas matérias nuas, um corpo qualquer, uma população qualquer” (DELEUZE, 1992, p. 80).

O poder na sociedade disciplinar não funciona em termos de dominação/sujeição. Ele investe nas instituições de modo capilar, suas práticas são reais, seus alvos são específicos, seus efeitos são duradouros e deles a sociedade capitalista tem retirado o máximo de proveito, como a sujeição do corpo. Tal poder visa o corpo e o comportamento do indivíduo; para seu funcionamento foram inventados ou adaptados quartéis, escolas, prisões, hospitais, hospícios; que permitem vigilância, exame e punição a um só tempo, de modo eficiente, sem desperdício

de tempo, com uma arquitetura que joga como o visível (aluno, delinquente, louco, operário, soldado) e o invisível (o poder relacionado com o saber).

Apesar das vantagens dos saberes normativos, não podemos ignorar o objetivo desses saberes de produzir “corpos dóceis”; corpos submetidos a um regime de poder. Segundo Foucault (2009, p. 118), “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”. Caracterizadas como técnicas que permitem a distribuição dos indivíduos por meio da individualização, classificação e combinação de seus corpos, trabalhando assim como um tipo de organização no espaço, as disciplinas permitem também o controle do tempo e a sujeição do corpo ao mesmo tempo para que haja produção com eficiência (FOUCAULT, 2009).

No livro *Vigiar e Punir* (2009), o filósofo francês expõe o funcionamento do modelo carcerário na sociedade contemporânea de forma mais explícita. Ele resgata o *Panoptikon*⁵⁹ (*pan*: tudo; *optikós*: visão), estrutura arquitetônica idealizada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), para simbolizar o poder disciplinar. As disciplinas se manifestam em sua forma pura e originária na prisão, especialmente na utopia benthaminiana da prisão perfeita, em que o regime de vigilância ocorre de modo ininterrupto e invisível. Dessa maneira, os prisioneiros não sabem quando estão sendo vigiados e por isso comportam-se constantemente como se estivessem sendo vigiados. Neste aspecto reside a genialidade e perversidade do sistema panóptico: mesmo que nenhum vigia esteja na torre, os prisioneiros agem como se estivessem sendo vigiados.

Na concepção foucaultiana, o panóptico é o dispositivo que melhor caracteriza o poder disciplinar, posto ser ele pensado como um sistema arquitetônico constituído de uma torre central e um anel periférico, que permite a quem se posiciona no centro visualizar tudo e todos sem ser visto. Isso faz com que aqueles que são vigiados tenham sempre a sensação de que estão sendo observados, de modo que se pode chegar ao momento em que a consciência da vigilância faz com que seja desnecessária uma vigilância extensa e objetiva. O panóptico de Bentham seria “o princípio geral de uma nova ‘anatomia política’ cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina” (FOUCAULT, 2009, p. 184). Princípio este que, ao aplicar o mecanismo da disciplina, possibilita a construção de um novo tipo de sociedade que se alinha a um modo de aplicação disciplinar.

⁵⁹ Edifício circular em que cada prisioneiro ocupa uma cela, totalmente visível para quem estiver na torre de vigilância situada no centro da construção. Os vigilantes da torre podem ver tudo sem ser vistos pelos prisioneiros nas suas celas.

Baseado no panóptico, o poder disciplinar estabelece uma nova forma de exercício de poder: a vigilância invisível que permite classificar, qualificar e punir. Ao se debruçar sobre as radicais modificações de um poder soberano para as sutis técnicas de poder disciplinar, a partir do século XVII até o século XIX, Foucault mostra como o sujeito deixa de ser supliciado e passa a ser assujeitado ao poder soberano.

A disciplina recortou o corpo na sua individualidade para a reprodução dos exercícios e a produção dos corpos dóceis, enquanto o biopoder tomou o corpo no conjunto da população, exercendo um exercício de governo da vida por meio do controle dos nascimentos, das mortes, das práticas sexuais, além da moradia, da instrução, do trabalho, tomando os corpos em conjunto e aplicando-lhes as leis e normas (FOUCAULT, 2005, p. 293). Tanto quanto para as disciplinas, o nascimento do “corpo organismo” também foi fundamental para o aparecimento do biopoder, que tomou o conjunto dos corpos, dando-lhes a face de uma população. Assim, a disciplina sobre os corpos individuais e o biopoder como um poder sobre a vida das populações compuseram, conjuntamente, todo um arsenal de aparatos dentro das instituições que sustentaram a sociedade moderna e uma forma específica de governo, chamada por Foucault de governamentalidade. Nos anos 1980, ele afirmou que estávamos deixando de ser modernos e anunciou que o próximo século seria deleuziano.

Na contemporaneidade, a maior atenção dedicada ao corpo e às práticas relacionadas a ele, apenas reforçam e solidificam seu controle e dominação. É paradoxal a relação entre corpo e poder: quanto maior a atenção sobre o corpo, maior é o controle sobre ele. Segundo Deleuze (1992), Foucault demonstrou que os limites temporais do modelo disciplinar estavam claramente demarcados e que este havia entrado em crise na segunda metade do século XX. Deleuze comprova a crise disciplinar por meio da crise dos modos de confinamentos, como a prisão, o hospital, a fábrica, a escola e a família. Do ponto de vista do autor, os confinamentos da disciplina eram moldes produtores de subjetividades, ao passo em que os controles são uma “modulação”, isto é, uma moldagem que pode ser transformada continuamente, produzindo uma situação flexível da subjetividade que é a chave do controle.

As antigas instituições, como a fábrica, o hospital, a prisão e a escola se transformaram em empresas, modificando a gramática que havia sido produzida pela sintaxe disciplinar, que se torna obsoleta na sociedade de controle. Ao analisarem o conceito deleuziano de sociedade de controle, Hardt e Negri (2004) consideram que a sociedade de controle pode também ser compreendida como uma intensificação das disciplinas.

O corpo e a vida são matéria farta para o exercício da disciplina e do biopoder, produzindo corpos dóceis, na sociedade disciplinar. A sociedade de controle, como um novo

modelo de sociedade ou como a intensificação das disciplinas, também tem o corpo como substrato de sua produção subjetiva. O que é o corpo no interior da sociedade de controle? Neste contexto há uma intensificação dos controles sobre o corpo, traduzidos em uma ampliação e transformação da biopolítica.

Trata-se do surgimento da ideia de que há corpos que podem desaparecer para que outros possam viver seguramente, em um mundo controlado pelas novas modalidades tecnológicas. Por outro lado, há também novas formas corporais de resistência e transgressão, as quais se apropriam das novas tecnologias e das artes, por exemplo. Uma gestão autônoma da vida e do corpo é uma empreitada transgressora no interior das tecnologias de controle. Para Deleuze (1992, p. 225-6), “os anéis da serpente são ainda mais complicados que os buracos da toupeira”.

No século XX, passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. De acordo com Deleuze (1992), a sociedade midiática é uma sociedade de controle. Essa sociedade aperfeiçoou as técnicas de controle, que agem quase despercebidas, de modo bastante natural, de maneira sutil, principalmente na publicidade. Na escola, por exemplo, uma técnica de controle é a lista de frequência, que verifica cotidianamente a presença ou não dos alunos na sala de aula. Na opinião do autor, o controle é mais nefasto do que a disciplina. Assim, o século XX foi disciplinador e o século XXI é controlador.

Os dispositivos disciplinares contemporâneos utilizam a vigilância fundada em saberes racionais e normativos. Estes “saberes” sempre visam a uma maior eficiência do corpo, mais saúde, bem estar, longevidade etc. Isso torna a vigilância algo desejado e não desprezado. Esta é uma grande astúcia da sociedade de controle: o poder controlador passa a ser desejado como algo positivo e prazeroso.

Atualmente, há um discurso mercantil, de base econômica e mercadológica na mídia, que leva o sujeito a consumir comida calórica (*fast food*) para que seja necessário o uso de produtos *ligh e/ou diet*, ou então fazer plásticas para ter o corpo cultuado na publicidade desses produtos. Há um investimento político dos corpos nos anúncios publicitários do tipo “como perder 7cm em 10 dias”, “emagreça 5 quilos em dois meses”. Assim, o sujeito é controlado sem perceber. Ele vai fazendo transformações no corpo para entrar na ordem do discurso midiático: “seja magro!” Esse discurso reafirma o ponto de vista de Foucault (2008a, p. 147): “encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’”

Não se restringindo mais aos círculos institucionais, as disciplinas refinaram-se, expondo-se como táticas flexíveis de controle, indiciando, conforme Deleuze (1992, p. 216), a

reformulação das sociedades disciplinares em sociedades de controle, “que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. Com esta transição, intensificou-se uma biopolítica, que, de acordo com Revel (2005, p. 27), “representa uma grande Medicina Social” que se aplica à população a fim de governar a vida”, a fim de impor as formas de “bem-estar social”, inserindo a vida no campo do poder.

O poder passa a ser trabalhado na perspectiva do governo de si e do governo dos outros – inscritos nas relações de poder – e constituirá o cerne do trabalho até a morte de Foucault, em 1984. O desenvolvimento da noção de governamentalidade aparece na obra foucaultiana, na discussão sobre biopoder e biopolítica, tanto no primeiro volume da *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 2006) quanto no curso *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005). Entretanto, essa noção foi trabalhada de modo marcante pelo filósofo, nos cursos ministrados no Collège de France, *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) e, parcialmente, em *Do Governo dos Vivos* (1979-1980).

A noção de governo não deve ser entendida nos termos em que é empregada atualmente, ou seja, como um grupo de pessoas à frente da gestão pública, ou como a atividade exercida por aqueles que conduzem a máquina estatal, entre outros significados, mas sim como a maneira de dirigir a conduta do corpo-espécie ou do corpo-populacional, conforme as palavras de Foucault,

devemos deixar para esse termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados, mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos; governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica, mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT 2010, p. 288).

O autor define o exercício do poder como “modo de ação sobre as ações dos outros”, como o governo dos homens, uns pelos outros. Dentro desse ponto de vista, a preocupação com a arte de governar surge a partir do século XVI e, no século XVIII, a governamentalidade aparece como forma de governo sobre a vida dos outros e constitui um instrumento crítico de uma sociedade dominada pelos ideais do Liberalismo. Essa forma de governo visa o bem-estar da população, um biopoder (poder sobre a vida) que age sobre o indivíduo através de dispositivos de segurança que visam mantê-lo saudável para produzir e consumir.

É pertinente distinguir a noção do governo pela soberania, bem como do governo pelo Estado administrativo e/ou jurídico. Trata-se de um governo pelo controle das normas. A esse

propósito, o diagnóstico de Foucault (2008c, p. 144-145) é “talvez, o que há de importante para nossa modernidade, isto é, para nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do Estado”.

De acordo com Ortega (1999, p. 24), governo é um “conceito redentor”, cuja incorporação no aparelho conceitual arquegenealógico foucaultiano permitiu escapar da fundamentação circular do poder e da resistência. Desse modo, a temática do governo desponta para Foucault como um novo operador analítico que destrava o processo de suas pesquisas. O autor afirma que, desde 1976, verifica-se um deslocamento teórico na obra foucaultiana que conduz “a substituição do conceito de poder pelo de governo, para, finalmente desembocar na temática do governo de si e da autoconstituição, isto é, em um deslocamento teórico no eixo do sujeito” (ORTEGA, 1999, p. 35).

Conforme Foucault (2006), na Modernidade, compreendida nos termos foucaultianos entre o final do século XVIII e o século XX, predomina o exercício de um biopoder articulado a uma multiplicidade de práticas “positivas” de poder, incidindo sobre a vida, tomando os corpos dos indivíduos como alvos e pontos de aplicação, investindo-os e produzindo-os conforme uma ordem moral, social, política, produtiva e normativa capitalista-burguesa. O biopoder recobre historicamente outra economia de poder antecedente, que era centrada no poder de causar a morte ou deixar viver. Os espetáculos públicos centrados na destruição de corpos foram extintos. Cada vez mais, valorizam-se economicamente os corpos, há um investimento na produtividade porque são necessários corpos aptos para o trabalho e ao mesmo tempo dóceis ao poder.

A Modernidade trouxe um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre a produção do corpo. Se a disciplina recortou o corpo na sua individualidade para a reprodução controlada de exercícios e a produção de corpos dóceis, o biopoder tomou o corpo no conjunto da população por meio dos exercícios de governo da vida. O biopoder tem a função de ordenar, classificar, nomear e excluir por meio da norma, a qual é o resultado das políticas de verdade sobre o corpo, a população e a vida (FOUCAULT, 2005).

Como método de análise histórica, proposto por Nietzsche e Foucault, a genealogia ocupa-se, segundo eles, dos corpos concretos, traçando a história da sua sujeição e produção nos jogos de saber/poder, que são exatamente aquilo que lhes dá forma, força e visibilidade – portanto concretude: volume e existência concreta – submetendo-os a regimes de utilidade e docilidade. Esta passagem do texto foucaultiano, “Nietzsche, a genealogia e a história”, é esclarecedora:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2008a, p. 22).

Segundo Foucault (2008c), a arte de governar se deu devido à relevância da população. Ele explicita que a população é o objeto que o governo considera nas suas observações, no seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida.

O investimento nos corpos: biopolítica e biopoderes

Podemos conceituar biopolítica como a maneira pela qual o poder tende a se transformar com a finalidade de governar os indivíduos, por meio de medidas disciplinares, mas também o conjunto dos viventes constituídos em população. Em outras palavras, é a junção de vários conceitos (poder, controle, governamentalidade), atuando sobre todos os aspectos da vida humana, através da aplicação e do impacto do poder político.

O termo “biopoder” pode ser definido como uma forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O exercício do poder envolve muitos embates, pluralidade de forças que perpassam toda a sociedade, já que o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.

A partir dos séculos XVIII e XIX, a ideia de biopoder aliou-se às reflexões sobre as práticas disciplinares como exercício de poder. Nesta época, as disciplinas se voltavam para o indivíduo e para seu corpo, para sua normalização e adestramento através de diversas instituições (escola, prisão, fábrica etc.) que docilizavam os corpos, tornando-os aptos para o trabalho. Nas palavras de Foucault (2006, p. 151), o poder sobre a vida estava centrado em dois pólos. O primeiro centrou-se “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos”. Tudo isso caracteriza as “disciplinas: anatômo-política do corpo humano”. O segundo pólo estava centrado “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade [...]” (p.152). Tudo isso envolve uma série de intervenções e “controles reguladores: uma biopolítica da população”.

A disciplina anatômo-política dos corpos, o biopoder, se aplica aos indivíduos e a biopolítica, a grande medicina social, se aplica ao governo da população. Dessa forma, a vida faz parte do campo do poder. A biopolítica governa a população por meio de procedimentos disciplinares, ou seja, se ocupa da gestão de biopoderes locais (saúde, higiene, alimentação, natalidade etc.) aplicados à população, na medida em que se tornam preocupações políticas.

Duas concepções distintas marcaram o desenvolvimento da biopolítica no século XVIII, dividindo-o em duas metades: inicialmente, havia um foco no corpo – entendido como uma máquina –, que deveria ser adestrado através das disciplinas, que potencializariam e aperfeiçoariam as suas capacidades; posteriormente, investiu-se no corpo-espécie, isto é, o corpo como lugar do desenvolvimento dos processos biológicos e dinâmicos dos seres vivos – “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (FOUCAULT, 2006, p. 131) –, o que gerou uma intervenção que visava o controle e a regulação da população. Tem-se, portanto, as disciplinas do corpo e as regulações da população.

Os mecanismos de poder estão presentes em todos os aspectos sociais, mas principalmente, no que se refere ao corpo. Para Foucault (2008a, p. 80), o controle da sociedade sobre os indivíduos começou no corpo, com o corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio- política”.

O desenvolvimento do saber tecnológico no século XVIII foi pensado a partir dos saberes múltiplos, independentes, heterogêneos e secretos. Esse foi também o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina. Na opinião do filósofo francês, esse disciplinamento dos saberes, seu escalonamento como disciplinas, sua organização e hierarquização possibilitaram o aparecimento da “Ciência” e o abandono da Filosofia. A Ciência, como domínio geral, policiou as disciplinas do saber e ocupou o lugar da Filosofia.

O disciplinamento acontecido no século XVIII foi eficaz e bem sucedido. No que se refere ao saber histórico, houve um disciplinamento que impediu e fortaleceu os sujeitos através das lutas e contestações. As técnicas de poder se imbuíam dos corpos e tentavam aumentar-lhes a força útil através do treinamento dentro de uma tecnologia disciplinar de trabalho (FOUCAULT, 2006).

Na segunda metade do século XVIII, duas tecnologias de poder são usadas: de um lado, uma técnica disciplinar centrada no corpo, que o manipula como foco de forças que é preciso tornar útil e dócil ao mesmo tempo; de outro lado, uma tecnologia não centrada no

corpo individual mas na vida da população, que focaliza não o treinamento individual, mas a segurança do conjunto populacional em relação aos seus perigos internos, que procura controlar a população.

No início do século XIX aparece um novo elemento. Na acepção de Foucault (2005, p. 292), a biopolítica lida com a população, entendendo-a como “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”. Conforme o autor, a população é vista como problema “[...] a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (*idem*, p. 293). Um dos fenômenos fundamentais desse século foi a assunção da vida pelo poder, uma tomada de poder sobre o homem como ser vivo. O efeito do poder soberano sobre a vida é exercido a partir do momento em que o soberano pode matar, assim, ele exerce seu direito sobre a vida. Um novo direito se instalou no século XIX: o direito de fazer viver e de deixar morrer.

Vista por Foucault como uma tecnologia de poder, a biopolítica vai implantar mecanismos que têm funções bem distintas das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica,

vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais [...]; de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais [...]. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade (FOUCAULT, 2005, p. 293).

O poder repressor e punitivo, descrito por Foucault, dá lugar à regulamentação da vida, tem a capacidade de produzir alguma coisa relacionada à sua manutenção, de acordo com a liberdade de escolha do sujeito. É a dimensão biopolítica da sociedade de controle, uma forma de poder que rege e regulamenta a vida, assimilando-a e reformulando-a. Trata-se do poder da vida e não sobre a vida.

Uma nova tomada de poder se instalou e se fez em direção, não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie. No final do século XIX, depois da anátomo-política do corpo (indivíduo-corpo), instaurou-se a biopolítica da espécie humana (indivíduo-população). Essa nova tecnologia de poder trata de um conjunto de processos relativos à proporção de nascimentos e de mortes, à taxa de reprodução, à fecundidade de uma população. Os processos de natalidade, mortalidade e longevidade constituíram, no final desse século, os primeiros objetos de saber e primeiros alvos do controle da biopolítica. Eles são considerados os fenômenos coletivos, característicos da população.

O aparecimento do biopoder sobre o homem enquanto ser vivo gera um poder contínuo, científico, que é o poder de fazer viver. Tudo isso originou duas séries: 1) corpo-

organismo (disciplina no corpo individual); 2) população– processos biológicos (regulamentação da vida e da morte). Na opinião de Foucault,

o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências [...] (FOUCAULT, 2005, p. 295).

No século XX, segundo Foucault (2005, p. 301), é considerável a importância da Medicina, “dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre a população e sobre o corpo”. A Medicina é um saber/poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, e que vai ter efeitos disciplinares e regulamentadores. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar.

Na sociedade monárquica, o poder emanava de uma única pessoa, o rei, e a questão central era a morte. O rei decidia quem iria morrer e não se questionava esse poder que era dado apenas a ele. Na sociedade atual isso não acontece. Hoje, os governantes querem preservar a vida. A governamentalidade gira em torno da longevidade dos sujeitos. Não é a toa que a população mundial alcançou o patamar de 7 bilhões de habitantes. Há uma política globalizada para preservar e, conseqüentemente, prolongar a vida. Isso faz com que os sujeitos sejam produtivos por mais tempo e também consumam cada vez mais.

Ao governar os sujeitos para que tenham uma vida melhor, com saúde, mais longa, a biopolítica faz com que eles produzam mais para a sociedade. O sujeito tem que ser saudável para que seja produtivo socialmente. Isso atesta a positividade do poder explicitada por Foucault (2008a). No discurso midiático, os conceitos de biopolítica e de biopoder são adequados já que neste discurso há uma relação entre saberes e poderes.

A ideia do risco para a saúde e para o corpo saudável começa a tomar contornos importantes para o biopoder, na medida em que o cuidado para com a vida se desloca em virtude da tecnologia. A biopolítica incidirá sua ação no seu objeto de regulação política: a população. A conduta agora não é mais do homem como indivíduo disciplinado, mas da população como contingente economicamente regulada. O efeito disso será a construção de uma sociedade que trabalha suas tecnologias de poder no sentido de fazer da ação coletiva, uma rentabilidade cada vez maior. No final do século XIX e início do século XX, o Estado preparou, com toda a sutileza e aprendizado das antigas formas de poder, o que estamos vivenciando cada vez mais no tecido social e dentro de um processo inconsciente: mais do que disciplinar e vigilante, a sociedade se caracteriza por um controle virtual do indivíduo e da população. As novas

tecnologias do século XX (tecnologias audiovisuais, Internet, cartões de crédito etc.), empreendendo o deslocamento das relações de poder para o campo virtual, caracterizam a nova forma do poder: a sociedade de controle.

Ao ponderar sobre esse tipo de sociedade, Gregolin afirma que

na sociedade de controle (que se desenvolve nos limites da modernidade), os mecanismos tornam-se cada vez mais “democráticos”, cada vez mais interiorizados pelos sujeitos: esse poder é exercido por máquinas que organizam o cérebro (redes de informação) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) (GREGOLIN, 2007, p. 18).

Segundo Deleuze, não vivenciamos mais apenas o confinamento e a vigilância, que sequestram a vida do indivíduo e da massa a qual ele pertence, mas o controle, que modula ilimitadamente a vida. Hardt e Negri (2004) caracterizam a sociedade de controle como um cenário propício e indispensável para a formação e o desenvolvimento do arquétipo representado pela figura do Império, e de toda a sua sistemática de regulação e justificação. Para os autores, a sociedade de controle deve ser entendida

como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. [...] A sociedade de controle pode [...] ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes (HARDT e NEGRI, 2004, p. 42-3).

Segundo Gregolin (2007, p. 19-20), o biopoder “materializa-se no governo de si: o sujeito deve autocontrolar-se, modelar-se a partir das representações que lhe indicam como deve (e como não deve) ser o seu corpo”. Isso remete ao que Foucault denomina governamentalidade, o governo de si e do outro por meio de técnicas que produzem identidades.

Para Foucault (2008a, p.146), “toda relação de forças é uma relação de poder”, em que as relações de forças se desenvolvem em uma rede de micropoderes e há sempre funcionamentos tensos e em atividade, que não se localizam especificamente nas relações entre Estado e cidadão, mas em todas as tessituras sociais, tendo como elemento de aplicação o corpo. A inclusão da vida dentro dos mecanismos de poder, o governo da espécie e dos indivíduos considerados como corpos vivos, a tarefa de encarregar-se do problema da saúde, da tutela e da proteção da vida biológica da nação constituem o conjunto dos processos que caracterizam o advento da biopolítica.

Para o filósofo francês, o corpo também é uma interpretação dependente de determinado “olhar”, ou seja, o corpo terá diferentes valores, dependendo de quem olha e do

lugar de onde ele é olhado. Assim, o valor do corpo depende do lugar que ele ocupa. Essa percepção de Foucault (2007) sobre o corpo pode ser ilustrada com a análise que ele faz da tela de Velásquez “As meninas”, no início do livro *As palavras e as coisas*. Essa tela retrata o próprio Velásquez pintando um quadro e algumas pessoas ao seu lado observando o modelo que está posando para o pintor, mas que, no entanto, não aparece na tela. Simultaneamente, o artista não pode ver a si mesmo e o objeto de sua representação. Da mesma forma, só podemos olhar para nosso próprio corpo através do olhar do outro e foi assim que Velásquez se retratou, através do olhar do outro. Com isso, Foucault (2007) afirma que todo olhar “já é uma interpretação”, uma posição, um lugar de poder.

Que relação pode ser estabelecida entre o corpo e a análise foucaultiana sobre a tela de Velásquez? O corpo é sempre uma interpretação e o olhar interpretativo que o sujeito lança sobre seu corpo depende do olhar lançado pelo outro sobre esse mesmo corpo. Na contemporaneidade, a busca incessante da mulher pela imagem de um corpo “perfeito” reside no desejo de capturar o olhar do outro para o seu corpo. Tendências exibicionistas alimentam as novas modalidades de construção do corpo, numa “espetacularização do eu⁶⁰” que visa à obtenção de um efeito: o reconhecimento nos olhos do outro e, sobretudo, o cobiçado fato de ser visto. Nesse contexto, a subjetividade é estruturada em função da superfície visível do corpo, que se torna um espaço de criação e um campo propício para a expressão do que cada um é.

Os processos de subjetivação, por meio das relações de poder-saber, como descritas e analisadas por Foucault, atuam sobre o corpo do indivíduo através de técnicas disciplinares, ou seja, por meio do disciplinamento e governo do corpo. As novas formas de subjetivação cada vez mais se relacionam com os modelos idealizados de corporeidade. O culto à magreza e a rejeição dos corpos fora dos padrões dominantes se engajam aos discursos contemporâneos de disciplinamento e de controle dos corpos femininos como forma de reafirmar as relações de poder. Assim, possuir um corpo magro, atualmente, está relacionado, também, à questão simbólica do “poder”.

Portanto, a sociedade do consumo e do espetáculo, cujas imagens de mulheres belas, felizes e bem-sucedidas estão sempre em “cartaz”, produz um cenário perfeito para que o

⁶⁰ A noção de espetáculo, desenvolvida por Guy Débord (1997), permite-nos refletir sobre a natureza das representações de corpo na sua apresentação contemporânea. O corpo contemporâneo ocupa um lugar central, e nas mídias se torna mais explicitamente um *corpo-espetáculo*, esta construção se articula fortemente com o consumo: é o surgimento do *corpo-mercadoria*. E o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupa totalmente a vida social (Débord, 1997).

sujeito feminino deseje transformar seu corpo para corresponder ao desejo cultural e assim garantir um lugar no palco desse espetáculo e atrair o olhar do outro.

A ditadura da beleza corporal não é exclusividade do século XXI, pois o corpo sempre foi instrumento de culto nos diversos momentos da história, embora em cada período os processos disciplinadores tenham sido diferentes. Segundo Foucault (2009), é assim que nasce a arte do corpo humano, que busca aperfeiçoar as habilidades do físico e formar relações que o torne mais obediente e útil.

A sociedade busca adequar os corpos aos padrões estéticos estabelecidos, não mais pela coerção e sim pela sedução, revelando uma verdadeira ditadura da beleza, da magreza e da juventude. O controle sobre o corpo exercido pela sociedade vai “ao encontro” dos interesses do mercado (moda, mídia, publicidade, etc) e da indústria da metamorfose (cirurgias, tratamentos, equipamentos e medicamentos com fins estéticos) criando novos sentidos e necessidades para os “consumidores”.

Há uma moldagem do corpo, que ocorre como uma tática flexível de controle, caracterizando, conforme Deleuze (1992, p. 216), a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. A mídia exerce esse controle contínuo, intensificado por uma biopolítica, que se repete sem cessar, como podemos verificar na capa da *Veja*, edição 2139, publicada em 18 de novembro de 2009, apresentada a seguir. Para legitimar seu discurso, a Revista se utiliza da voz dos especialistas, trazendo o discurso científico, provocando um “efeito de verdade” sob o que enuncia. Isso reforça o controle da sociedade sobre os indivíduos que começa no corpo. Antes de tudo, a sociedade capitalista investe no biológico, no somático, no corporal.

Figura 1 – CORPO: o novo manual de uso



A capa em análise apresenta a imagem de um corpo feminino desnudo, traçado em papel quadriculado, simbolizando um corpo medido geometricamente, com medidas perfeitas. Sobre esse corpo, traços e linhas pretas configuram as formas e os ângulos. Os traços e linhas quadriculados um corpo que é transformado em material para ser planejado e engendrado, calculado – um corpo em duas dimensões. Esse posicionamento demonstra o funcionamento das disciplinas, que, para Revel (2005, p. 35), “exercem um esquadrinhamento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos”. É a imagem da informação estética como poder, reafirmando as palavras de Foucault (2008, p. 146) sobre a consciência corporal: “o domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder”.

Ainda sobre a descrição da capa, observamos que, tomando quase a página inteira, um corpo feminino, ao que parece, realiza um movimento de envergadura, como um alongamento. Este corpo em evidência não mostra seu rosto, está disposto contra um fundo branco e é quadriculado por linhas cinza claro. A pele clara se apaga com a luz, ganhando quase a mesma cor branca do fundo; em contraste, as zonas sombreadas escondem a parte interna das pernas. No rodapé da página, a imagem do corpo se apaga sutilmente.

Na parte superior da página, o título da Revista se sobrepõe à imagem, mas sem apagá-la totalmente. Abaixo, no centro da página e sobre a curvatura do quadril articulado e das curvas dos traços da planta, o título da reportagem principal da edição se sobrepõe em letras maiúsculas, com traços finos e arredondados, tomando toda a largura da capa, em um tom alaranjado que se destaca sobre a imagem do corpo. O enunciado principal, formado apenas por uma palavra, “Corpo”, se entrelaça com a imagem ao mesmo tempo em que a sobrepõe, como tatuado sobre a pele da mulher; como se o nome do objeto fosse uma de suas partes. Abaixo, outro enunciado se destaca em letras maiúsculas vermelhas: “O novo manual de uso”, a respeito do qual cabe fazer algumas observações quanto aos seus efeitos de sentido e aos saberes relacionados.

Ao se apresentar como um novo manual de uso do corpo, a Revista *Veja* considera a existência de um antigo manual, que aponta para um domínio associado de enunciados, constituindo saberes e práticas voltadas para um cuidado de si, exercido anteriormente por outros sujeitos. Se o corpo recebe um manual que o decifra, é porque é concebido como uma máquina, um conjunto de funções e partes que devem ter um determinado funcionamento, só alcançado quando o manual é seguido à risca. Desse modo, um saber considera o corpo como objeto e atribui a ele enunciados que ganham o valor de verdade. Ver o corpo como um maquinário implica uma objetividade do corpo, que é visto como um equipamento, conjunto

de peças e funções com uma finalidade. Tudo isso está relacionado às técnicas corporais que se referem a saberes de como utilizar o corpo de forma eficiente.

Mais duas informações são apresentadas na capa, antecipando o que será abordado na reportagem principal: “80% da saúde e longevidade dependem apenas de quanto a pessoa conhece seu organismo”; “Teste: em 50 questões descubra se você é um estranho para você mesmo”. Na primeira, se recorre a um dado estatístico para legitimar o que está se propondo divulgar. A recorrência a elementos estatísticos provenientes das ciências exatas, tidas como inquestionáveis, é uma prática discursiva efetivamente válida. Na segunda, o leitor é impelido a expor-se e conhecer-se ao responder as questões de um teste, o que resulta no exercício do controle da mídia, nesse caso representada por *Veja*, para com o sujeito e dele para consigo mesmo.

Nesta edição da Revista *Veja* o corpo é alvo de uma política de “controle-estimulação” (FOUCAULT, 2008a) que objetiva trabalhá-lo, produzi-lo, expondo aos leitores as maneiras de agir adequadas para alcançarem a longevidade. Para isso, a Revista utiliza uma linguagem própria de um manual de uso e começa afirmando que o primeiro passo para uma longevidade saudável e feliz é conhecer o próprio organismo. Além disso, dita algumas regras sobre o controle do corpo, defendendo que nunca é tarde para se cuidar, já que “o poder de cada um sobre o destino de sua própria saúde, paradoxalmente, aumenta com o passar do tempo” (p.131) e que é possível controlar 80%, da saúde, mesmo tendo relapso até os 50 anos de idade.

Para efeito de verdade, o discurso da *Veja* é ancorado no discurso científico da Medicina, que defende através da “matemática da longevidade”, quantos anos é possível ganhar a mais de vida com a prática de hábitos saudáveis, mesmo depois da maturidade. Os números dessa matemática revelam os seguintes resultados: “ter uma vida sexual ativa, segura e prazerosa: + 8 anos; não fumar: + 5 anos; dormir bem: + 3 anos; manter o bom humor e conservar as emoções positivas: + 1,5 anos; fazer exercícios regulares: + 3 anos; manter-se intelectualmente ativo: + 1,4 anos; alimentar-se de forma regrada e prazerosa: + 3 anos”. Além dessa informação numérica, a matéria apresenta um teste, com 50 questões, que objetiva medir o grau de conhecimento que cada indivíduo tem sobre o funcionamento de seu próprio organismo.

Na reportagem, o leitor é colocado como o responsável pelo comando da saúde do seu corpo. Segundo a Revista *Veja*, ao conhecer o próprio corpo, o leitor tem o poder de “mudá-lo, mantê-lo e fortalecê-lo” (p. 130) por meio de uma alimentação cientificamente balanceada, exercícios físicos controlados, o controle do estresse e da felicidade. As novas tecnologias de

gerenciamento da vida e do corpo são corolários de transformações profundas na forma de produção de conhecimento sobre a vida. O corpo saudável é decorrente de um conjunto de informações que devem ser melhoradas e reproduzidas (ORTEGA, 2008) para se viver mais e melhor.

O corpo é delimitado não apenas pelas linhas que o quadriculam, pelos traços que o modelam e engendram, mas também pelos números e porcentagens, que se refletem tanto sobre o corpo quanto sobre a subjetividade. Por meio de um teste com 50 questões, o sujeito é capaz de encontrar um saber sobre si, a sua delimitação e seu contraste com o outro, conhecimento esse que é fundamental para a sua sobrevivência, já que, segundo o discurso da Revista, 80% da saúde e longevidade dependem apenas de quanto a pessoa conhece o seu organismo, o quanto o sujeito sabe sobre o seu corpo determinará o quanto ele viverá e a manifestação ou não de doenças. É possível observar aqui o funcionamento do biopoder, que, para Foucault (2005), toma o corpo do sujeito como corpo da população, tendo como objetivo gerir e manter a vida – o que se apresenta no enunciado através da busca pela saúde e pela longevidade.

O que se vê nesse enunciado é um corpo recortado pelo saber científico. Um corpo máquina, passível de controle e de moldagem, colocado de tal forma para que seja útil. Apesar da nudez, não há um apelo sexual, nem sensualidade – as zonas que definiriam esses fatores estão ocultas pelos jogos de sombra da imagem. O peito é escondido pelos braços e pela perna; o corpo mostrado de lado sem revelar a sua possível genitália. Pela ausência de pelos e pelo contorno arredondado dos membros, observa-se que é um provável corpo feminino. Mas essa identificação não é posta às claras. Se o corpo está nu, é mais para mostrar o seu esboço e as suas funções, e não como forma de seduzir. O que está em foco é a produtividade e a sequência da espécie, conforme o biopoder (FOUCAULT, 2005).

A ordem do discurso incide na necessidade de o leitor conhecer seu próprio corpo, as produções da tecnociência criadas para o corpo, de se atualizar através de um manual (posição assumida pela revista) que acompanha a ampla produção da ciência e da indústria (as marcas, os produtos, as técnicas e os tratamentos aconselhados, as melhores dietas etc.).

Os manuais não são apenas uma instrução operacional, também disciplinam o uso, através das recomendações dos produtores para legitimar a garantia. Não seria absurdo pensar que as regras de uso ditam formas e hábitos de vida, são enquadramentos dos dispositivos de saber/poder. É comum a interdisciplinaridade das técnicas de controle no discurso sobre o corpo. Dos discursos médico e jurídico ao da sexualidade, encontramos toda sorte de combinação.

Palavras finais

A imagem do corpo se tornou imprescindível, de modo que podemos afirmar que hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, sua imagem, saúde, juventude e longevidade. O predomínio da dimensão corporal na constituição identitária permite sugerir, como fez Ortega (2005), a existência de uma “bioidentidade”. Como afirma o autor, se por um lado, para construir a “bioidentidade”, é preciso se submeter a uma bioescese, ou seja, adequar o corpo às normas científicas existentes sobre a saúde, os exercícios físicos, a longevidade, a nutrição, por outro é preciso ajustar o corpo às normas e padrões da sociedade do espetáculo. Não possuímos uma visão pura do nosso próprio corpo, mas somente uma “interpretação” acerca dele, bem como dos outros corpos.

O discurso da Revista *Veja* sobre o corpo contribui para a formação de crenças, estereótipos, idealizações sobre a construção de corpos perfeitos. Pois, através da configuração de novos paradigmas, esta realidade discursiva e biotecnológica reconfigura o corpo, estabelece novas relações sociais, cria e modifica a vida. Neste horizonte novas relações entre saber e poder são configuradas, originando novas formas de reconfiguração dos corpos, segundo novas biopolíticas aplicadas à população, atuantes no controle, sujeição, criação e modificação da vida.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 221-224.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.
- _____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 9. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.
- _____. **Microfísica do poder**. 25. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.
- _____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. 2. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

GREGOLIN, Maria do R. V. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Dossiê. Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol. 4, nº 11, Nov. 2007, p. 11-25.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 41-60.

ORTEGA, Francisco, **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. **As imagens de Foucault e Deleuze** ressonâncias nietzschianas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.139-173.

_____. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

REVEL, Judhit. **Foucault** - conceitos essenciais. Tradução Nilton Milanez e Carlos F. Piovezzani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

